

From: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5036>

Decree 44.072, 7/14/2005

About the program to induce industrial modernization – PROIM in the scope of the fund to incentivize the industrialization – FIND.

(Publication – Executive Journal – Minas Gerais – 7/15/2005)

Art. 1: The program to induce industrial modernization – FIND-PROIM was created in 1/6/1994, by law 11.393 and its objective is to promote the development and modernization of the industry of Minas Gerais through financing under conditions and requirements established in this decree.

Art. 2: A company can receive FIND-PROIM financing benefits if its projects invest in one of the following:

I - creation, expansion or modernization of a industrial unit

II – recovery of a industrial unit considered priority for the State

III – other initiatives which contribute for the expansion or modernization of a industrial unit located in the State

The classification of the project by the Board of Industrialization - COIND for the purpose of approving the financing will take into account:

I – the relevance of direct and indirect intra-regional effects propitiated by the project;

II - the creation of direct and indirect jobs in the state;

III - project impacts to increase the company's share of national production and foreign trade;

IV - the project's contribution to the increased use of raw materials and inputs produced in the state and natural resources existing in it;

V - the project's contribution to the replacement of imports by the State; and

VI - the project's contribution to increasing the added value of products of funded unit.

[...]

Article 4 The financing to be granted will observe the following rules and conditions:

I - the financing amount is limited to eighty percent of the value of the total investment for the project, calculated according to the provisions of §§ 1 and 2 of art. 3, at the discretion of BDMG, which will take into account the merit of the project under the state's industrial policy guidelines, their ability to pay and the availability of FIND resources;



II - it will be up to the recipient to provide the remaining funds needed for the project and they can count on other lines of financing, subject to the requirement of matching with its own funds, at least twenty percent of the total investment;

III - the grace period will be at most thirty-six months from the date of release of the first installment at the discretion of BDMG, which will consider especially the implementation schedules and project maturity;

IV - the deadline for repayment of the funding will be a maximum of sixty months from the end of the grace period, at the discretion of BDMG, which will consider the value and characteristics of the project and its implementation deadline

[...]

Art. 5 Project classified as of strategic importance for the state by unanimous decision of the Fund's Group Coordinator, the following special conditions may apply:

I - expansion of the amortization period mentioned in item IV of art. 4, for up to twenty four months; and

II - adoption in the first five years of the contract term, interest composed of three and a half percent per year, plus the full IPCA - IBGE, limited to ten and a half percent per year.



**Decreto nº 44.072, de 14 de julho de 2005.**

Dispõe sobre o Programa de Indução à Modernização Industrial - PROIM, no âmbito do Fundo de Incentivo à Industrialização - FIND.

**(Publicação - Diário do Executivo - Minas Gerais - 15/07/2005)**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90 da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.393, de 6 de janeiro de 1994, e no art. 1º do Decreto nº 44.066, de 5 de julho de 2005, que contém o Regulamento do Fundo de Incentivo à Industrialização, <sup>[1]</sup>

**DECRETA:**

Art. 1º O Programa de Indução à Modernização Industrial - FIND-PROIM, criado pela Lei nº 11.393, de 6 de janeiro de 1994, tem como objetivo promover o desenvolvimento e a modernização do parque industrial de Minas Gerais, por meio de financiamentos sob condições e requisitos estabelecidos neste Decreto.

Art. 2º Poderão ser beneficiários de operações de financiamentos do FIND-PROIM empresas cujos projetos compreendam investimentos em:

I - implantação, expansão ou modernização de unidade industrial ou agroindustrial;

II - recuperação de unidade industrial ou agroindustrial considerada prioritária para o Estado, inclusive paralisada; e

III - outras iniciativas que contribuam para expansão ou modernização de unidade industrial ou agroindustrial instaladas ou em instalação no Estado.

Parágrafo único. O enquadramento do projeto, pelo Conselho de Industrialização - COIND, para efeitos da concessão do financiamento levará em conta:

I - a relevância dos efeitos intra-regionais diretos e indiretos propiciados pelo empreendimento;

II - a criação de empregos diretos e indiretos no Estado;

III - os impactos do projeto para o aumento da participação da empresa na produção nacional e no comércio exterior do País;

IV - a contribuição do projeto para o aumento da utilização de matérias-primas e insumos produzidos no Estado e de recursos naturais nele existentes;

V - a contribuição do projeto para a substituição de produtos importados pelo Estado; e

VI - a contribuição do projeto para o aumento do valor agregado dos produtos da unidade financiada.



Art. 3º Os financiamentos do FIND-PROIM destinam-se à realização de investimentos fixos ou mistos, entendido este último como financiamento também ao capital de giro associado a inversões fixas, sendo vedada a concessão de financiamento exclusivamente ao capital de giro.

§ 1º Para efeito do cálculo do valor do investimento total referente ao projeto, considera-se o somatório dos investimentos fixos e das necessidades de capital de giro no primeiro ano de funcionamento da unidade industrial ou agroindustrial resultante do projeto.

§ 2º Poderão compor o valor do investimento total referente ao projeto os investimentos realizados nos seis meses anteriores à data do protocolo do pedido de financiamento, desde que comprovadamente vinculados ao projeto objeto do financiamento, a critério do BDMG.

§ 3º No caso de investimento misto, o financiamento do capital de giro será limitado a cinquenta por cento do valor total do financiamento, a critério do BDMG.

§ 4º No caso de financiamento para recuperação de empresa paralisada o limite de financiamento para capital de giro associado será definido pelo grupo coordenador do FIND.

Art. 4º Os financiamentos a serem concedidos observarão as seguintes normas e condições:

I - o valor do financiamento está limitado a oitenta por cento do valor do investimento total referente ao projeto, calculado conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 3º, a critério do BDMG, que levará em conta o mérito do projeto nos termos das diretrizes de política industrial do Estado, sua capacidade de pagamento e a disponibilidade de recursos do FIND;

II - caberá ao beneficiário providenciar o restante dos recursos necessários ao projeto, podendo contar com outras linhas de financiamentos, observada a exigência de contrapartida de recursos próprios, de, no mínimo, vinte por cento do investimento total;

III - a carência será de, no máximo, trinta e seis meses, contados da data de liberação da primeira parcela do financiamento, a critério do BDMG, que considerará, especialmente, os prazos de implantação e de maturação do projeto;

IV - o prazo para a amortização do financiamento será de, no máximo, sessenta meses, a partir do término da carência, a critério do BDMG, que considerará o valor e as características do projeto e seu prazo de implantação;

V - o saldo devedor será reajustado monetariamente pela variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo;

VI - a taxa de juros, incidente sobre as parcelas de principal vincendas, reajustadas monetariamente, será de seis por cento ao ano e serão exigíveis durante o período de carência, a critério do BDMG, e juntamente com as parcelas do principal durante o período de amortização; e

VII - as garantias serão reais ou fidejussórias, isoladas ou cumulativamente, a critério do BDMG.



§ 1º No caso de financiamento referente a projetos localizados em municípios dos Vales dos Rios Jequitinhonha, São Mateus e Mucuri, conforme relação constante do Anexo I do Regulamento do FIND de que trata o Decreto n.º 44.066, de 2005, a atualização monetária constante do inciso V será de sessenta por cento da variação do mesmo índice.

§ 2º Fica o agente financeiro autorizado a atribuir prêmio por adimplemento consistente na redução da taxa de juros até o limite de quatro por cento ao ano.

§ 3º Os critérios para a concessão do prêmio por adimplemento previsto no § 2º, bem como, a forma e os procedimentos cabíveis, serão definidos pelo agente financeiro sem prejuízo do disposto nos arts 7º, 8º, 9º e 10 do Regulamento do FIND de que trata o Decreto n.deg. 44.066, de 2005.

Art. 5º Em projeto classificado como de - importância estratégica para o Estado - , por deliberação unânime do Grupo Coordenador do Fundo, poderão ser aplicadas as seguintes condições diferenciadas:

I - ampliação do prazo de amortização mencionado no inciso IV do art. 4º, em até vinte quatro meses; e

II - adoção, nos primeiros cinco anos do prazo contratual, de encargo financeiro, composto por juros de três e meio por cento ao ano, mais a variação integral do IPCA - IBGE, limitado a dez e meio por cento ao ano.

§ 1º Decorrido o prazo definido no inciso II, caso a variação integral do IPCA - IBGE em cada ano contratual, exceda ao limite de dez e meio por cento ao ano, o encargo financeiro será composto por juros de três e meio por cento ao ano mais o equivalente a oitenta por cento da variação efetiva do IPCA do IBGE.

§ 2º O limite previsto no inciso II, será revogado no caso de inadimplemento por parte do beneficiário, prevalecendo a taxa de juros mais a variação integral do IPCA, sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 4º

§ 3º O prêmio por adimplemento de que tratam os §§ 2º e 3º não se aplica a projeto aprovado nos termos das condições diferenciadas definidas no neste artigo.

Art. 6º O pedido de financiamento, obedecido a modelo próprio, será recebido e protocolado no BDMG, condicionado à apresentação, pela empresa, do FOBI - Formulário de Orientação Básica Integrada, relativo ao processo de licenciamento ambiental.

§ 1º Poderá haver, a critério do BDMG, cancelamento do protocolo do pedido de financiamento, nos casos em que a empresa postulante deixar de apresentar os documentos exigidos para análise do projeto com vistas à deliberação do COIND, depois de decorridos noventa dias da data do protocolo.

§ 2º O BDMG fará o cancelamento do protocolo do pedido do financiamento quando for constatado o inadimplemento da empresa postulante, ou de empresa integrante do mesmo grupo econômico, com qualquer órgão, instituição ou fundo do Estado.



Art. 7º O enquadramento do pedido de financiamento nos objetivos do programa será deliberado pelo COIND com base em relatórios preparados pelo BDMG e pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE, condicionado à comprovação da regularidade fiscal da empresa postulante, na forma definida pela Secretaria de Estado de Fazenda - SEF e por ela certificada, devendo constar do ato de enquadramento a data limite para efeitos da contratação do financiamento pelo BDMG.

§ 1º A empresa terá trinta dias, a contar da data de enquadramento de seu projeto, para apresentar, ao BDMG, cópias de:

I - protocolo do pedido de licenciamento que for aplicável à atual fase do empreendimento, nos termos da legislação ambiental em vigor; e

II - documento comprobatório de sua constituição no Estado, no caso de projeto de implantação.

§ 2º O COIND deliberará sobre pedido de prorrogação da data limite de que trata o caput, fixando nova data, com base em justificativas da empresa e em pareceres do BDMG, desde que o pedido de prorrogação tenha sido protocolado até a referida data limite.

§ 3º Haverá o imediato cancelamento do ato de enquadramento:

I - por solicitação da empresa, protocolada no BDMG;

II - quando expirar o prazo limite para contratação nos termos deste artigo; e

III - no caso de não observância da determinação de que trata o § 1º.

§ 4º Os projetos já aprovados pelo COIND e ainda não contratados serão enquadrados nas normas previstas neste Decreto, após consulta ao BDMG, que indicará as condições de reenquadramento.<sup>[2]</sup>

Art. 8º A aprovação do financiamento será deliberada pelo BDMG e está condicionada:

I - ao enquadramento do projeto pelo COIND;

II - à conclusão favorável da análise de viabilidade do projeto a ser financiado em seus aspectos técnicos, econômicos, financeiros, jurídicos e cadastrais; e

III - à apresentação, pelo beneficiário, dos seguintes documentos:

a) certidão negativa de débito fiscal expedida pela SEF, em se tratando de empresa já instalada no Estado;

b) documento próprio de regularidade ambiental aplicável ao empreendimento nos termos da legislação em vigor; e

c) outros, exigidos pelo agente financeiro, em consonância com a legislação em vigor e as práticas bancárias.



Parágrafo único. Para efeitos da análise de que trata o inciso II, o BDMG poderá exigir outros documentos, em consonância com a legislação em vigor e com as práticas bancárias.

Art. 9º Os financiamentos aprovados serão contratados pelo BDMG, na condição de mandatário do Estado, por meio de um ou mais instrumento de crédito, observada a data limite constante do ato de enquadramento.

Parágrafo único. A liberação dos recursos está condicionada ao cumprimento, pelo beneficiário, de todas as cláusulas contratuais, especialmente as referentes à comprovação do cronograma físico e financeiro do projeto, da aplicação dos recursos próprios e das parcelas do FIND-PROIM já liberadas.

Art. 10. As empresas financiadas com recursos do FIND-PROIM ficam obrigadas a comprovar, junto ao BDMG, a instalação da placa alusiva à operação, conforme modelo e especificações constantes do Anexo II do Regulamento do FIND de que trata o Decreto n.º 44.066, de 2005.

Art. 11. No caso de contrato em vigor no âmbito do FIND- PROIM, o beneficiário poderá optar entre a manutenção do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou sua substituição pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, para efeitos da atualização monetária do saldo devedor de seu contrato de financiamento, condicionada, a substituição do índice, à situação de adimplência do beneficiário.

§ 1º A opção pela substituição do índice deverá ser formalizada junto ao BDMG, no prazo de sessenta dias corridos da data de publicação deste Decreto e não havendo manifestação do beneficiário até essa data será mantido o índice previsto no contrato.

§ 2º A substituição do índice, se houver, será formalizada mediante aditivo contratual, ficando sob a responsabilidade do beneficiário os emolumentos devidos aos Cartórios de Registro competentes.

§ 3º Para efeitos do disposto no § 2º, o saldo devedor do contrato será atualizado pelo IGP-M até o último dia útil do mês anterior ao do registro do aditivo contratual aplicando-se a taxa de juros definida no instrumento contratual original.

§ 4º Fica vedada ao beneficiário optante pelo IPCA, nos termos do caput, nova alteração de índice de atualização.

Art. 12. Em caso de inadimplemento de qualquer natureza por parte do beneficiário aplicam-se as disposições próprias definidas nos arts. 7º, 8º; 9º e 10, do Regulamento do FIND de que trata o Decreto n.º 44.066, de 2005.

Art. 13. As atribuições dos órgãos que participam da administração do FIND-PROIM são aquelas previstas nos arts. 11, 12 e 13 do Regulamento do Fundo de Incentivo à Industrialização - FIND, de que trata o Decreto n.º 44.066, de 2005.

Parágrafo único. O BDMG, a título de remuneração por serviços prestados como agente financeiro do FIND/PROIM, fará jus a uma comissão de três por cento ao ano incidente sobre o saldo devedor reajustado e incluída na taxa de juros.



Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Ficam revogadas as Resoluções Conjuntas FIND/PROIM 6/98, de 17 de agosto de 1998, FIND/PROIM 7/2004, de 2 de julho de 2004, e FIND/PROIM 8/04, de 19 de novembro de 2004, sem prejuízo de atos praticados em sua vigência.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 14 de julho de 2005; 217º da Inconfidência Mineira e 184º da Independência do Brasil.

**Aécio Neves**  
**Governador do Estado**

[1] A Lei Estadual nº 11.393, de 6 de janeiro de 1994 (Publicação - Diário do Executivo - "Minas Gerais" - 07/01/1994)(Retificação- Diário do Executivo - "Minas Gerais" - 11/01/1994)(Retificação - Diário do Executivo - "Minas Gerais" - 26/01/1994)(Retificação - Diário do Executivo - "Minas Gerais" - 02/02/1994) cria o Fundo de Incentivo à Industrialização - FIND – e dá outras providências. O Decreto Estadual nº 44.066, de 05 de julho de 2005 (Publicação - Diário do Executivo - "Minas Gerais" - 06/07/2005) contém o Regulamento do Fundo de Incentivo à Industrialização - FIND, criado pela Lei nº 11.393, de 6 de janeiro de 1994.

[2] O Decreto Estadual nº 44.174 de 20 de dezembro de 2005 acrescentou o parágrafo 4º do artigo 7º desse Decreto.



# Exhibit CVD-BR-54

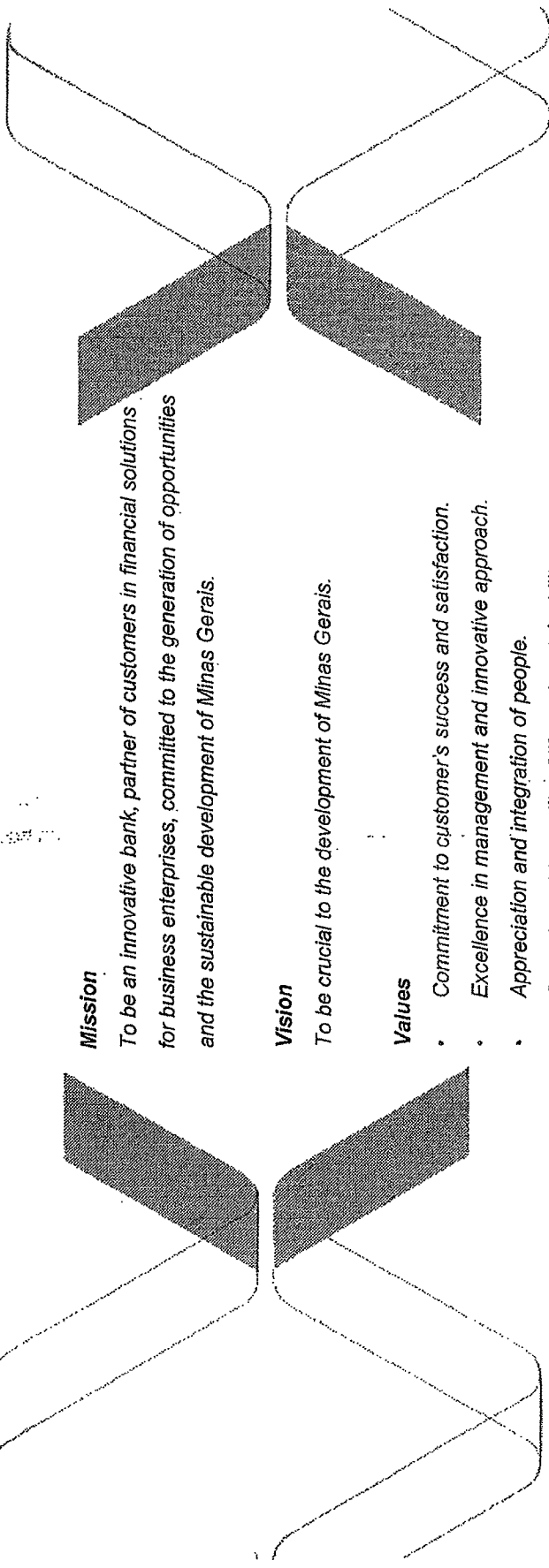


# BDMG – The Development Bank of Minas Gerais

## Presentation of Results - 2013







### Mission

To be an innovative bank, partner of customers in financial solutions for business enterprises, committed to the generation of opportunities and the sustainable development of Minas Gerais.

### Vision

To be crucial to the development of Minas Gerais.

### Values

- Commitment to customer's success and satisfaction.
- Excellence in management and innovative approach.
- Appreciation and integration of people.
- Commitment to quality of life and sustainability.
- Ethics and transparency.
- Results orientation.
- Commitment to shareholders.



C-351-835  
Investigation  
Public Document  
III/VII: DM, SC, HH

## MEMORANDUM

DATE: September 23, 2002

TO: Faryar Shirzad  
Assistant Secretary  
for Import Administration

FROM: Joseph A. Spetrini  
Deputy Assistant Secretary  
for AD/CVD Enforcement III

SUBJECT: Issues and Decision Memorandum for the Final Affirmative Countervailing Duty Determination in the Countervailing Duty Investigation of Certain Cold-Rolled Carbon Steel Flat Products from Brazil

---

### Background

On March 4, 2002, the Department of Commerce (“the Department”) published the preliminary determination in this investigation. See Preliminary Affirmative Countervailing Duty Determination and Alignment with Final Antidumping Duty Determinations: Certain Cold-Rolled Carbon Steel Flat Products from Brazil, 67 FR 9652 (March 4, 2002) (Brazil Preliminary Determination). The “Analysis of Programs” and “Subsidies Valuation Information” sections below describe the subsidy programs and the methodologies used to calculate the benefits from these programs. We have analyzed the comments submitted by the interested parties in their case and rebuttal briefs in the “Analysis of Comments” section below. Our review of the comments has led us to change certain aspects of our preliminary determination. All changes are set forth in either the “Analysis of Programs” section or the “Analysis of Comments” section. We recommend that you approve the positions we have developed in this memorandum. Below is a complete list of the issues in this investigation for which we received comments and rebuttal comments from parties:

- Comment 1: CSN, USIMINAS and COSIPA Privatization
- Comment 2: PIS/COFINS - Direct Taxes v. Indirect Taxes
- Comment 3: PIS/COFINS- Rebate of Prior-Stage Cumulative Indirect Taxes
- Comment 4: PIS/COFINS Credit - Excessive Remission
- Comment 5: FINEM Financing and Specificity



The importer then makes installment payments to the Bank of Brazil at the interest rate negotiated between the importer and the exporter. If this interest rates includes a spread in excess of the spread established in the PROEX program, this additional amount will be passed through the Bank of Brazil to the exporter. See GOB Verification Report dated August 9, 2002 at 13; see also GOB Verification exhibit GOB-8, dated July 3, 2002.

The PROEX Equalization program provides funds to Brazilian and foreign international banks that provide credit to Brazilian exporters or foreign importers of Brazilian goods and services at international market rates. GOB officials explained at verification that absent this program, the cost of export financing in Brazil would be more expensive due to the higher cost of securing funding from abroad. Under this program, PROEX is responsible for assuming these additional financing costs that are incurred by these international banks for financing exports in Brazil.

None of the three respondent companies or relevant trading companies received loans under the PROEX loan program during the POI, nor did any of them owe interest or principal during the POI on such loans. Therefore, we determine that this program is not used for purposes of this investigation.

**B. Provincial Program: Program to Induce Industrial Modernization of the State of Minas Gerais (PROIM)**

PROIM is a long-term financing program offered by the state of Minas Gerais and administered by the Development Bank of Minas Gerais (BDMG). The PROIM program provides loans for up to eight years to finance investments such as production, with the goal of improving the quality of companies' technology in the State of Minas Gerais. The PROIM program is funded by the state treasury of Minas Gerais.

The application process for approval for PROIM loans is similar to that of the Pro-Industria program. After the company files a request, BDMG analyzes whether there are available funds to finance the company's project.

Of the three companies under investigation, only USIMINAS has facilities located in the state of Minas Gerais; therefore it is the only company eligible to use the PROIM program. USIMINAS did not receive loans under this program during the POI, nor did it owe interest or principal during the POI on such loans. Therefore, we determine that this program is not used for purposes of this investigation.



Barcode:3465702-01 C-351-848 INV - Investigation -

C-351-848  
Investigation  
POI: 01/01/15 – 12/31/15  
**Public Version**  
E&C/I: LN

April 28, 2016

---

**ENFORCEMENT AND COMPLIANCE  
OFFICE OF AD/CVD OPERATIONS  
CVD INVESTIGATION INITIATION CHECKLIST**

---

**SUBJECT:** Certain Carbon and Alloy Steel Cut-to-Length Plate from Brazil  
**CASE NUMBER:** C-351-848

---

**PETITIONERS:**

ArcelorMittal USA LLC  
1 South Dearborn Street  
Chicago, IL 60603  
Tel: 312-899-3440

SSAB Enterprises, LLC  
801 Warrenville Road, Suite 800  
Lisle, IL 60532  
Tel: 630-810-4723

Nucor Corporation  
1915 Rexford Road  
Charlotte, NC 28211  
Tel: 704-366-7000

**COUNSEL TO PETITIONERS:**

Paul C. Rosenthal  
Kathleen W. Cannon  
R. Alan Luberd  
Grace W. Kim  
Brooke M. Ringel  
KELLEY DRYE & WARREN LLP  
3050 K Street, NW, Suite 400  
Tel: 202-342-8400

Roger B. Schagrin  
Christopher T. Cloutier  
John W. Bohn  
Paul W. Jameson  
Jordan C. Kahn  
SCHAGRIN ASSOCIATES  
900 7<sup>th</sup> Street NW, Suite 500  
Washington, DC 20001  
Tel: 202-223-1700

Filed By: Lana Nigro, Filed Date: 5/2/16 2:28 PM, Submission Status: Approved



Barcode:3465702-01 C-351-848 INV - Investigation -

- Section 771(5A)(D)(i) of the Act because, pursuant to Law No. 4,171 and 4,172 (Sept. 29, 2003), CSN is designated as a recipient;
- Sections 771(5A)(D)(iii)(II) and (III) of the Act because, due to the state's increasing focus on developing its steel industry, the Brazilian steel industry, including the CTL plate industry, is a predominant user of the subsidy; and
- Section 771(5A)(D)(iv) of the Act because the incentives are limited to enterprises or industries within a designated geographical region within the jurisdiction of the authority providing the subsidy.<sup>64</sup>

*Support:* We examined the evidence provided to support the allegation at pages 36-40 of the Petition, Volume V, including all referenced exhibits therein. We relied on all information submitted.

*Recommendation:* Based on the supporting evidence, we recommend finding that Petitioners' allegations are supported by adequate and accurate information that was reasonably available to them. In particular, the express designation of CSN as a recipient by legal decree demonstrates that the program is limited to an enterprise or industry under section 771(5A)(D)(i) of the Act. However, Petitioners have not established a regional limitation on eligibility within the meaning of section 771(5A)(D)(iv) for benefits under RIOInvest, which is administered by the State of Rio de Janeiro for companies located therein. Additionally, the information petitioners have provided about the importance of the steel industry is not sufficient to support Petitioners' allegations that the industry is a predominant or disproportionate user of this program, and that as a result, the program is *de facto* specific. Accordingly, we recommend initiating on the basis of section 771(5A)(D)(i) of the Act.

## **2. Program to Induce Industrial Modernization of the State of Minas Gerais (PROIM)**

*Description:* According to Petitioners, PROIM provides preferential financing to qualifying companies (e.g., job-producing) located in the state of Minas Gerais. PROIM is funded and administered by the Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).<sup>65</sup> Petitioners add that a number of CTL plate producers, including Usiminas and Gerdau Açominas, are located in Minas Gerais and, as such, they likely benefitted from PROIM during the POI.<sup>66</sup> According to Petitioners, the Department has investigated PROIM in prior cases (although the Department determined that it was not used during the POI at issue).<sup>67</sup>

Petitioners allege that PROIM meets the elements of a countervailable subsidy:

---

<sup>64</sup> *Id.* at 39-40.

<sup>65</sup> *See* Petition, Volume V at 40.

<sup>66</sup> *Id.* at 41.

<sup>67</sup> *See Cold-Rolled Steel—Brazil (2002)* and accompanying IDM at 27.



Barcode:3465702-01 C-351-848 INV - Investigation -

*Financial Contribution:* The program constitutes a financial contribution in the form of a direct transfer of funds by a government authority under section 771(5)(D)(i) of the Act.

*Benefit:* A benefit within the meaning of section 771(5)(E)(ii) of the Act is conferred on the recipient to the extent that the recipient pays a lower, discounted rate of interest on the loan than it would pay on a comparable commercial loan.

*Specificity:* According to Petitioners, the program is specific under the following sections of the Act:

- 771(5A)(D)(iii)(II) and (III): The primary industries in Minas Gerais are iron and steel, food processing, textiles, chemicals, and furniture and other consumer and capital goods. While information about the steel industry's use of this program is not readily available it appears that the Brazilian steel industry is a predominant user of the subsidy and receives a disproportionately large amount of this subsidy.
- 771(5A)(D)(iv): The incentives offered under this program are limited to enterprises or industries within a designated geographical region within the jurisdiction of the authority providing the subsidy.<sup>68</sup>
- 771(5A)(C): In determining whether a given recipient will receive PROIM financing, the state of Minas Gerais considers, inter alia, "the project's contribution to the increased use of raw materials and inputs produced in the state and natural resources existing in it" and "the project's contribution to the replacement of imports by the State."<sup>69</sup>

*Support:* We examined the evidence provided to support the allegation at pages 40-42 of the Petition, Volume V, and the Petition Supplemental at pages 1-3, including all referenced exhibits therein. We relied on all information submitted.

*Recommendation:* Based on the supporting evidence, we recommend finding that Petitioners' allegations are supported by adequate and accurate information that was reasonably available to them. In particular, the documentation provided by Petitioners which indicates that PROIM may be an import substitution program which finances the use of Minas Gerais produced raw materials and inputs provides for specificity under section 771(5A)(C) of the Act. However, Petitioners have not established that PROIM is regionally specific because, based on the information submitted, it is administered by the state of Minas Gerais and the benefits are available to companies in Minas Gerais without geographic limitation. Additionally, Petitioners have not sufficiently demonstrated, for the purposes of initiation, that PROIM is specific under sections 771(5A)(D)(iii)(II) and/or (III) of the Act.<sup>70</sup> The law itself does not identify the iron and steel as a recipient industry, and Petitioners provide no support for their claim that as a primary industry in the state, the iron and steel industry is a predominant or disproportionate user

<sup>68</sup> See Petition Supplemental at 8 – 9.

<sup>69</sup> See Petition Supplemental at 3 and Petition, Volume V at Exhibit BR-53.

<sup>70</sup> In support of its claim that the primary industries in Minas Gerais are iron and steel, food processing, textiles, chemicals, and furniture and other consumer and capital goods, Petitioners cite Encyclopedia Britannica: Minas Gerais. Petition, Volume V at Exhibit BR-57.



Barcode:3465702-01 C-351-848 INV - Investigation -

of this program. Accordingly, we recommend initiating on the basis of the import substitution claim, as provided for in section 771(5A)(C) of the Act.

### 3. Pro-Industria

*Description:* According to Petitioners, Pro-Industria is a tax-deferral program administered by the state of Minas Gerais through the BDMG. This program provides refunds of the ICMS. Under this program, BDMG refunds ICMS at a rate of 50 percent (minus a processing fee) of the increased monthly ICMS that would otherwise result from the expansion of a company's production facilities.<sup>71</sup> Petitioners add that, in the same month of the following year, the company repays this deferred amount to BDMG. The program can be used by a company for up to 60 months.

Petitioners add that a number of CTL plate producers are located in Minas Gerais, including Usiminas and Gerdau Açominas, and that Usiminas' September 30, 2014 Quarterly Financial Statement indicates that the company received more than R\$87 million in tax credits under this program in the first three quarters of 2014.<sup>72</sup> Gerdau Açominas, which is also located in Minas Gerais, likely benefitted from this program during the POI as well.

According to the Petitioners, in *Cold-Rolled Steel—Brazil (2002)*, the Department found that this program provides countervailable benefits.<sup>73</sup>

Petitioners allege that Pro-Industria meets the elements of a countervailable subsidy:

*Financial Contribution:* This program constitutes a financial contribution in the form of government revenue foregone by a government authority under section 771(5)(D)(ii) of the Act.

*Benefit:* According to Petitioners, the program confers a benefit under section 771(5)(E) of the Act and 19 CFR 351.509(a)(1) in the amount of the difference between the taxes paid by the recipient and the taxes that would have been paid by the recipient in the absence of this program.<sup>74</sup>

*Specificity:* According to Petitioners, the program is specific under section 771(5A)(D)(iii)(II) of the Act because it is limited to a group of industries, namely the automobile and steel industries, that received a disproportionate amount of the benefits under this program. Petitioners also allege that the program is specific under section 771(5A)(D)(iv) of the Act because the incentives are limited to enterprises or industries within a designated geographical region within the jurisdiction of the authority providing the subsidy.<sup>75</sup>

---

<sup>71</sup> *Id.* at 43.

<sup>72</sup> *Id.*

<sup>73</sup> See *Cold-Rolled Steel—Brazil (2002)* and accompanying IDM at 23-24.

<sup>74</sup> See Petition, Volume V at 43.

<sup>75</sup> *Id.* at 44.